

A VIVÊNCIA DO VALOR SUPREMO EM ANA PLÁCIDO

A. DA COSTA LOPES



0. PRELIMINAR

A 9 de Março de 1994, em diálogo com o Dr. Manuel Simões, S. J., ficou estabelecido que em Braga, no exacto dia do primeiro centenário da morte de Ana Plácido (20 de Setembro de 1995), a comemoração respectiva constaria de, pelo menos, uma celebração eucarística na Igreja da Conceição. E logo, generosamente, o abalizado mestre camiliano aceitou a dupla incumbência de presidir e de pronunciar a homilia de circunstância naquele dia centenário e naquele templo.

Entretanto, onze meses depois da referida conversa (9 de Fevereiro de 1995), o distinto sacerdote falecia, deixando penalizados todos os que lhe admiravam a grande e multifária competência.

Entre os muitos que saudosamente o acompanharam até à sepultura, estava aquele que então, dadas as circunstâncias, teve de se encarregar, a si próprio, de fazer aquilo mesmo que pedira ao falecido: a homilia daquela celebração. Como se torna evidente, é a mim próprio que estou agora a referir-me; não prosseguirei, no entanto, sem de novo testemunhar, em relação ao Dr. Manuel Simões, a minha admiração e o meu reconhecimento.

O texto que imediatamente se segue não é o da homilia toda: omito aqui as partes que julgo de menos interesse para a generalidade dos possíveis leitores, isto é, boa parte do enquadramento litúrgico inicial, e o final.

Conforme do texto se depreende, não foi minha intenção redigir um tratado sobre o tema... Desejei, sim, promover uma reflexão pertinente e enriquecedora.

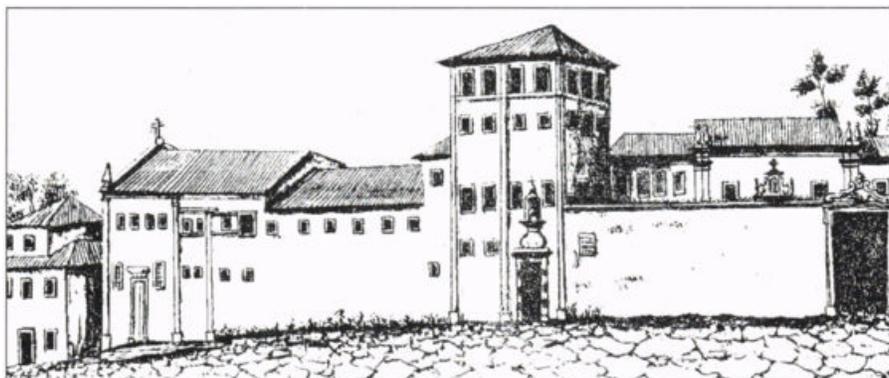
Isso mesmo pretendo agora, com a publicação do original. Esta – a publicação – oferece, todavia, algo mais: as notas, agora adicionadas, além de proporcionarem documentação, sugerem por vezes, de modo explícito ou não, temas para investigação ulterior – para trabalhos académicos, inclusive.

1. HOJE E AQUI

Hoje e aqui nos congregamos para uma Eucaristia que, assinalando embora um dia aniversário, é Missa votiva da Imaculada Conceição.

... *Hoje*, 20 de Setembro de 1995, *dia aniversário*: efectivamente, faz hoje cem anos que em S. Miguel de Ceide “faleceu quase repentinamente [...] Dona Ana Augusta Plácido, Viscondessa de Correia Botelho, [...] viúva de seu segundo marido, Camilo Castelo Branco, Visconde de Correia Botelho” (assim se lê no respectivo assento de óbito) ¹.

Nem é para estranhar que se ofereçam sufrágios por pessoas há muito falecidas: é uma prática, não só teologicamente aceitável e permitida, mas até, pelo menos eventualmente, necessária, conveniente ou recomendável. E compreende-se: falando de sufrágios, já Sto. Agostinho escreveu que é melhor “sobrarem” do que “faltarem” ². Exemplo dessa prática foi o ocorrido numa conhecida igreja de Lisboa, nesta segunda metade do século XX, em relação a uma pessoa falecida há mais de oitocentos anos: nessa igreja, perante “muitos alemães” e o respectivo “embaixador”, foi “celebrada missa em sufrágio da alma do cruzado alemão Henrique de Bonn, morto durante o cerco para a conquista de Lisboa aos mouros” ³.



... *Missa votiva da Imaculada Conceição, aqui* – nesta Casa e neste templo:

Além de outras considerações, que ficam mais para diante, vem a propósito, desde já, pôr em relevo esta circunstância de lugar:

O templo em que neste momento nos achamos é a Igreja da Conceição, pertença do extinto Convento da Conceição, convento que foi, cronologicamente, em Portugal continental, o primeiro da Ordem Concepcionista, fundada pela portuguesa Santa Beatriz da Silva, cuja imagem aqui se venera ⁴.

E, sabidos que são os motivos e as circunstâncias da permanência, nesta Casa, de Ana Plácido em 1859, seja-me consentida, a respeito dessa estadia, uma breve e dupla observação:

Em primeiro lugar, quanto ao modo como D. Ana foi então e aqui tratada, direi que, apesar de um convento não ser propriamente um hotel, não faltam, a esse respeito, declarações bem favoráveis – declarações, inclusive, escritas por ela mesma. Ouçamo-la:

...“tenho sido tratada com uma distinção particular [...] pelas religiosas do convento da Conceição”... ⁵

...“sou obsequiosamente tratada por todas as senhoras desta casa [...]. A Snr.^a Abadessa fez-me ver que eu não podia estar sem duas criadas, e cedeu-me uma das suas quando conheci que era preciso para não fazer figura triste a par das outras recolhidas” ⁶.

Não é, pois, de admirar que, no seu primeiro livro, a escritora recorde sentidamente, respeitosamente, o “convento quase em ruínas” (“em completa ruína” – escreveria depois Monsenhor Airosa) e várias partes do convento, nomeadamente esta “igreja”, com o seu “coro”, a respectiva “grade”, o “órgão” e o “canto” religioso aqui produzido ⁷.

2. A VIVÊNCIA DO VALOR SUPREMO

Por “*vivência do valor supremo*” entendo, aqui, “religiosidade”. E, no presente contexto, “religiosidade” quer dizer apropriação pessoal e prática de um conteúdo cognitivo (um sistema, um ensinamento, uma doutrina...) concernente ao relacionamento do homem com o supremo Ser, supremo Bem – Deus.

Detenhamo-nos, por momentos, sobre esta noção:

A referida apropriação ou vivência, conquanto suponha ou inclua enunciados por nós assumidos ou demonstrados, ou que nos foram ensinados e nos quais acreditamos, todavia supõe ou inclui muito mais do que essa adesão do *entendimento*. A religiosidade, a vivência do valor supremo (como, aliás, a vivência de outros valores), compõe-se também de *actos da vontade, sentimentos, emoções, afectividade*.

E, ao falar, há instantes, de apropriação “pessoal e prática”, tive em mente dois pontos ainda:

Quis dizer que a vivência do valor supremo inclui um compromisso ou empenho incompatível com a inactividade e com o seguidismo superficial do tipo Maria-vai-com-as-outras.

Em segundo e último lugar, quis dizer que entre o valor religioso e o valor moral, entre a religião autêntica e a moralidade perfeita, vigora uma íntima ligação, uma implicação mútua. Embora não de todo exacto, vem aqui a propósito aquele dito sentencioso de Dostoievsky: “Se Deus não existisse, tudo seria permitido”⁸. Deus, todavia, não nos pediu licença para Ele mesmo existir; e existindo, e sendo autor de todos os seres, é também autor de leis, de mandamentos, que nos dizem respeito e nos vinculam.

3. A RELIGIOSIDADE EM ANA PLÁCIDO

3.0 A LINGUAGEM, MOSTRUÁRIO DO SER

Pergunta-se agora: como é que *Ana Plácido* encarou o valor supremo e exerceu a religiosidade?

Começarei por dizer que, em vez de se chamar à linguagem “a casa do ser”, preferível seria chamar-lhe, antes, *mostruário do ser* – do ser falante, do ser falado e das circunstâncias de um e outro. O povo, a rude gente da aldeia, com a qual, em Ceide, D. Ana tanto gostava de conviver e conversar – o povo, na sua metalinguagem, diz, à sua maneira, isso mesmo: “as palavras *mostram* o que cada um é”⁹. E, se isto vale a respeito de qualquer pessoa, valerá muito especialmente no nosso caso – no caso de uma escritora. Vejamos, pois, como é que Ana Augusta se exprimiu quanto ao valor supremo e à religiosidade¹⁰.

3.1 DEUS, CRISTO, EUCARISTIA

Sem dúvida, o termo “Deus” é por ela empregado respeitosamente e com muita frequência. Notoriamente respeitadas são, também, as referências a “Cristo”, “Jesus” – “o Justo, o Divino, o Rei dos mundos” -, à “sacratíssima paixão do Filho de Deus”, ao “divino evangelho” e ao “cristianismo”, “Religião do Divino Mártir”... Mas é sobretudo acerca da Eucaristia que vamos encontrar, nos textos da escritora, linguagem, não só reverente, mas impregnada de religiosa unção:

“Santíssimo” é um termo, ainda hoje muito em uso, de que ela se serve em relação à presença eucarística. Todavia, mais do que simples referência, transcrição merecem dois trechos concernentes à Eucaristia recebida como Viático. Ei-los:

...“as portas se abriram de par em par, dando passagem ao Redentor dos homens, ao Filho de Deus que desce do seu tabernáculo augusto, na hora extrema dos mortais, trazendo-lhes, com o seu divino corpo, o perdão, e a graça de caminharem afoitos para a eternidade”.

“Desperta desta sonolência física pelo som de uma campainha e pelo cântico plangente de muitas vozes entoando o bendito, [...] vi encaminhar-se [...] a procissão que conduzia o Pai amantíssimo da criatura, descendo na hora extrema, ao miserável como ao opulento, levando-lhe a fé no arraiar da eternidade”.

Por sua vez, também o sacrifício eucarístico – “a missa”, “o santo sacrifício”, na expressão de Ana Plácido – foi por ela focado, numa breve passagem na qual nem sequer faltam pormenores litúrgicos. E interessa notar que, ao falar desse acto de culto, nesta passagem, a autora localiza-o aqui, precisamente – na Igreja da Conceição, na qual neste momento nos encontramos.

3.2 A IMACULADA VIRGEM MARIA

Respeito e unção religiosa se notam, igualmente, na linguagem da autora de *Luz coada por ferros* acerca da Virgem Maria. Exemplos não faltam: “Maria Santíssima”, “Santíssimo Coração de Maria”, “a Virgem”, “a Virgem Santíssima”, “o amor imaculado e protector da Virgem Santíssima”... Em todo o caso, na sua vida e nos seus escritos, D. Ana pôs em relevo, sobretudo, o privilégio e título mariano da Imaculada Conceição – o que facilmente se compreende se tivermos em conta as seguintes datas: 1854, ano da definição dogmática da Imaculada Conceição; em 1858, aparições de Lourdes; e, em 1859, permanência da escritora no Convento da Conceição de Braga.

Assim, no dito livro de 1863 (*Luz coada por ferros* ¹¹), na passagem respeitante à igreja desse convento – esta igreja –, fala-se textualmente de “8 de Dezembro, dia em que se festeja a nossa padroeira Virgem da Conceição”. E pouco depois, nessa mesma década, outros factos sobressaem:

Em 1865, no Porto, era publicado o *Mês de Maria da Imaculada Conceição*, de Auguste-Alphonse Gratry, traduzido do francês por Ana Plácido ¹². E em 6 de Janeiro desse mesmo ano de 1865, ao serem baptizados os filhos dela – Jorge e Nuno –, dos dois “foi [...] madrinha Nossa Senhora da Conceição” ¹³.

3.3 A FÉ

Entretanto, cumpre sublinhar que, apesar de tudo aquilo que haja de romântico ou romanesco na vida e na obra da escritora, errado seria julgar que a sua vivência religiosa foi demasiado lânguida, parada, sem grande lugar para uma fé esclarecida, forte, combativa.

... Errado, sim, já que, nos escritos originais de Ana Augusta, exactamente o contrário se verifica. Entre vários exemplos, citarei o artigo que ela redigiu em 1867 e fez publicar no ano seguinte, aqui em Braga, sob o título “O anjo da Fé”: aí, designa “a Fé” como “a filha do céu”, “luz divina”, “farol luminoso”; e, em linguagem de combate, declara-se energicamente contra “essa filosofia maldita que empeçonha este século, onde os *Renan* se crêem apóstolos dum sofisma” ¹⁴.

(A propósito de “luz divina” ou locuções parecidas, que têm a ver com a fé teológica, divina, cristã, advirto que, em 1867, este modo de se exprimir já não era novo nos escritos de Ana Plácido: anos atrás, saíra-lhe da pena, por exemplo, uma quadra que assim começa: “Vem, luz pura, luz divina” ¹⁵).

4. CONCLUINDO

4.0 DO CONVENTO À CASA DE EDUCAÇÃO

Urge concluir. E vou fazê-lo tomando como ponto de partida uma sequência de factos – a saber:

No meado de 1883 falecia a última religiosa do Convento da Conceição,

o qual por isso ficava extinto. Mas, ao terminar esse mesmo ano, a posse total e definitiva do antigo edifício conventual e da respectiva cerca tinha já passado para a instituição que o Padre Airosa fundara em 1869 noutra lugar desta cidade. O Instituto Monsenhor Airosa é uma casa de educação feminina integral, inteiramente voltada para a dignificação da Mulher; e, se desde 1883 não mais viveram aqui as filhas espirituais de Sta. Beatriz da Silva, aqui vivem e abnegadamente trabalham desde há mais de um século as filhas espirituais da também portuguesa Dona Teresa de Saldanha, fundadora da Congregação Portuguesa das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena ¹⁶.

4.1 DA RELIGIOSIDADE À MORALIDADE

Ora bem: a simples menção de temas como “educação feminina integral” e “dignificação da Mulher”, no contexto e no termo de uma reflexão sobre “a vivência do valor supremo em Ana Plácido”, é caminho aberto para uma questão que, provavelmente, já ocorreu a quem me está seguindo. Ei-la: qual a influência que a religiosidade terá exercido na evolução – sobretudo na evolução moral – de Ana Augusta?

Não cabe nas presentes circunstâncias uma resposta desenvolvida a essa questão. Limitar-me-ei, pois, a dois enunciados:

Primeiro: *Em princípio* e de harmonia com a já indicada ligação e mútua implicação entre o valor moral e o valor religioso, é inegável “o importante papel educativo que [a religião, a religiosidade,] está chamada a desempenhar numa vida integralmente humana, devido sobretudo ao seu poder de purificação, unificação e elevação” ¹⁷.

Segundo: *Em concreto*, no que se refere a D. Ana e tendo em conta o que sabemos da sua vida e dos seus escritos – incluída a correspondência –, temos de reconhecer que a dita influência foi muito persistente e muito forte ¹⁸.

4.2 SOLIDARIEDADE DOS VALORES

Por último, sem nos desviarmos do ponto de vista educacional e axiológico, e atendendo à própria natureza do Instituto ao qual pertence agora esta igreja, vem a propósito uma derradeira observação, com a qual a escritora certamente concordaria, a julgar pelo exemplo que ela mesma nos legou. A observação é a seguinte:

Pelo facto de alguém reconhecer a preeminência do valor religioso e o papel educativo da respectiva vivência, não deverá incorrer naquilo a que Le Senne chamou “fanatismo” dos valores¹⁹. Explico: afirmar a supereminência do valor religioso (e também do valor moral) não é desatender nem desprezar os demais valores, cuja importância educativa pode ser grande, muito grande mesmo. Até por esta razão, podemos, ainda com Le Senne, falar de “pluralidade solidária dos valores”, “solidariedade dos valores”²⁰.

E assim se compreende que o Instituto Monsenhor Airosa, nesta comemoração centenária como em semelhantes comemorações e noutras celebrações, sempre leve a efeito algum ou alguns actos de ordem cultural, histórico-literária, artística, etc. Daí – dessa abertura temática – vem resultando, nestes últimos decénios, uma abertura institucional: esta Casa tem tido o prazer e a honra de colaborar com variadíssimas entidades ou instituições – desta vez, com a Biblioteca Pública de Braga, a cujo Director exímio não escondemos o nosso vivo e devido agradecimento²¹.



NOTAS

¹ Arquivo Distrital de Braga, livro dos Óbitos de S. Miguel de Ceide (Vila Nova de Famalicão), ano de 1895, fl. 2 e v. Cf. Alberto PIMENTEL, *Memórias do tempo de Camilo* / A. A., Porto, 1913, p. 267.

² "Melius enim supererunt ista eis quibus nec obsunt nec prosunt, quam eis deerunt quibus prosunt": Sto. AGOSTINHO, *De cura pro mortuis gerenda ad Paulinum liber unus*, cap. XVIII (em J.-P. MIGNÉ, *Patrologiae cursus completus*, série lat., t. XL, Paris, 1887, col. 609).

³ "Sufrágios / Cruzado alemão Henrique de Bonn", no diário lisbonense *Novidades* de 23.11.1964.

⁴ Anteriores ao convento bracarense, construído de 1625 a 1629, são os de Angra do Heroísmo e Horta, nos Açores: cf. Ignacio OMAECHEVARRÍA, *Orígenes de la Concepción de Toledo / Documentos primitivos sobre Santa Beatriz de Silva y la Orden de la Inmaculada*, Burgos, Imprenta de Aldecoa, 1976, p. 12.

Sobre a fundação e evolução do convento de Braga: Madre Maria Benta do CÉU, *Jardim do Céu, plantado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga*, Lisboa, 1766; Frei António do ROSÁRIO, "Primeiro convento concepcionista em Portugal, Braga (século XVII)", em *La Orden Concepcionista / Actas del I Congreso Internacional*, León, Universidad de León / @Monasterio de la Purísima Concepción, 1990, vol. I, pp. 275-285.

⁵ Cf. VISCONDE DO MARCO, *Cartas inéditas de Camilo e de D. Ana Plácido*, 2.º milhar, Lisboa, 1933, p. 104 (carta de Braga, 22.06.1859; D. Ana, porém, só entraria no Convento em 27 do mês seguinte).

⁶ *Ibid.*, pp. 114-115 (carta do Convento, 12.07.1859). Tenha-se ainda em conta o depoimento, em tribunal, do médico Dr. Luís António Pereira da Silva (29.12.1859), conforme se lê na *Revista de Investigação Criminal*, Porto, n.º4, de Julho de 1981, p. 57 (texto apresentado por iniciativa de Júlio SANTOS sob o título "Camilo Castelo Branco perante a Justiça..."): "Disse mais que indo casualmente a Braga [...], e sabendo lá que a querelada se achava no Convento da Conceição e muito doente, a fora ver, e achara [...] segundo o que ela lhe disse muito satisfeita de ali se achar, e do tratamento que lá lhe faziam"...

⁷ Ana Augusta PLÁCIDO, *Luz coada por ferros*, Lisboa, 1863, pp. 162 e 172 (pp. 162, 171 e 172 da 2.ª edição, de Lisboa, 1904). Estas páginas pertencem a *Martírios obscuros*, romancezinho que, antes de aparecer incluído em *Luz coada por ferros*, já tinha sido publicado, com a assinatura "A. A.", na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Lisboa, 2.º ano, 1860, pp. 301-307. De *Martírios obscuros* me ocupei em 1990, em conferência sobre *Camilo e Braga: alguns aspectos*, integrada nas comemorações do centenário da morte de Camilo Castelo Branco, promovidas pela Biblioteca Pública de Braga, da Universidade do Minho, e pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga. Um capítulo dessa conferência teve em mira provar que a acção do pequeno romance decorre principalmente no Convento da Conceição, hoje ocupado pelo Instituto Monsenhor Airoso (IMA).

As palavras aspidas de Mons. João Pedro FERREIRA AIROSA encontram-se na "memória" que ele, a pedido do Dr. Bernardino Machado, escreveu e apresentou em 1892 ao Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano de Madrid: vejam-se as duas respectivas edições, ambas de 1892 – a de Coimbra (*Colégio de Regeneração em Braga*, p. 4) e a de Braga (*Memória do Colégio de Regeneração*, p. 6). E note-se que a *Casa d'Abrigo*, instituição fundada por Mons. Airoso em 1869, passou depois a chamar-se *Colégio de Regeneração* (1874) e, finalmente (1969), *Instituto Monsenhor Airoso*. Precisamente aqui – no Salão Polivalente do IMA – se realizou a dita conferência e, logo a seguir, a encenação de um texto de *Martírios obscuros* (cf. *Convívio*, boletim do IMA, n.º 31, de Dezembro de 1990).

⁸ Cf. Jean-Paul SARTRE, *L'existentialisme est un humanisme*, Paris, Nagel, 1954, p. 36: "Dostoïewsky avait écrit: 'Si Dieu n'existait pas, tout serait permis.' C'est là le point de départ de l'existentialisme. En effet, tout est permis si Dieu n'existe pas"...

⁹ Cf. Pedro CHAVES, *Rifoneiro português*, 2.ª ed., Porto, s.d., p. 288.

¹⁰ Salvo indicação contrária, as subseqüentes abonações da linguagem religiosa de A. Plácido são extraídas dos seus livros *Luz coada por ferros*, já cit., e/ou *Herança de lágrimas*, Guimarães, 1871 – livros nos quais há muito de autobiográfico. Muitas mais abonações, todavia, poderiam ser apresentadas, quer destas duas obras, quer de outras publicações da escritora, bem como da sua correspondência.

¹¹ P. 172 (p. 307 do 2.º ano – 1860 – da cit. *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*).

¹² O *Mês de Maria* apareceu, em português, sem o nome da tradutora; nem é assinado o respectivo "Prefácio da tradução", escrito por Camilo Castelo Branco. Cf. Alexandre CABRAL, *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, 1989, pp. 301-302, 413.

¹³ Assim se lê nos respectivos assentos (números 12 e 13; fls. 7 v. e 8) do livro dos *Baptismos*, ano de 1865, da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, que folhee na 3.ª Conservatória do Registo Civil do Porto.

Estes dois assentos fazem lembrar um outro, respeitante à irmã querida da escritora – Maria José Plácido –, relativamente à qual se afirma, com razão, que D. Ana "foi para ela uma segunda mãe" (Alexandre CABRAL, *op. cit.*, p. 504): tendo Maria José falecido em Braga a 23.10.1858, o respectivo assento de óbito pormenoriza que "foi seu corpo envolto em hábito de Nossa Senhora da Conceição" (Arquivo Distrital de Braga, livro dos *Óbitos*, n.º 8, de S. João do Souto, fl. 22 v.).

¹⁴ Ana Augusta PLÁCIDO, "O anjo da Fé", no *Almanaque Familiar para Portugal e Brasil*, Braga, 1.º ano, 1868, pp. 21-22. Outro exemplo, de *Herança de lágrimas*, já cit., pp. 6 e 16-17:

"O meu espírito esmorecia à falta de alimento, restava-me todavia ensaiar o amor sublime do Cristo. Meditei, e estudei a Religião do Divino Mártir: a minha fé ardente elevou-se a um misticismo que se notava por exagerado"...

..."no maior ardor da luta, levanta-se invulnerável no meu peito a muralha do cristianismo; os meus olhos voltam-se à cruz sublime, que me está dizendo: sê forte. Força, pois, ó meu Deus! permiti que as pedras, que desabam das montanhas da filosofia ímpia e mentirosa, não esmaguem a minha fé."

¹⁵ Eis a quadra, intitulada "Vem" e datada de 9.03.1860:

*Vem, luz pura, luz divina,
Anseio, chamo por ti;
Para o céu me ressuscita,
Que eu para o mundo morri.*

Apareceu no n.º 4 (8.09.1895) d'*O Leme*, "semanário humorístico e noticioso" que se publicou em S. Miguel de Ceide (Vila Nova de Famalicão) e do qual foi "redactor principal" Nuno Castelo Branco, filho de Camilo e Ana Plácido. Em 1995, o Maestro Joaquim dos Santos musicou-a expressamente para o Orfeão do IMA, a fim de ser cantada, em estreia, neste mesmo ano.

Tenciono expor, noutra altura, as razões da minha interpretação desta quadra – interpretação religiosa, que, portanto, não coincide com a de ROCHA MARTINS, *A paixão de Camilo (Ana Plácido)*, 3.º milhar, Lisboa, s.d., pp. 126-127.

¹⁶ Acerca dos factos a que este parágrafo se reporta, podem ser consultadas, entre outras, as publicações seguintes: Mons. J. P. FERREIRA AIROSA, obra cit. na nota 7; Alberto PINHEIRO TORRES, *Memória histórica do Colégio de Regeneração / Braga*, 2.ª ed., Braga, 1905; A. da COSTA LOPES, *Cem anos de bem-fazer / As Dominicanas Portuguesas no Instituto Monsenhora Airosa*, Braga, 1978 (separata das *Actas do I Encontro sobre História Dominicana*, 1977); e *Convívio*, boletim do IMA, números 17 (Dezembro de 1983) e 19 (Dezembro de 1984).

¹⁷ Roque CABRAL, "Religião (Virtude da)", em *Logos / Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa/São Paulo, 1989-1992, 4.º vol., cols. 692-693.

¹⁸ Muito se poderia escrever a este propósito, e o assunto daria para um ou mais trabalhos académicos. Aqui, deixo somente algumas sugestões temáticas:

1. D. Ana era conhecedora e leitora da Bíblia, conforme advirto na nota 1 de "*Homem fatal*" (peça de teatro). Até por isso, não devia ser-lhe estranho aquele tão conhecido texto da *Epístola de São Tiago*: "a fé sem obras é morta". Por outro lado, no referido volume de Gratry (*Mês de Maria...*), traduzido por Ana Plácido, vem citada, do *Evangelho segundo São Mateus*, a frase que assim começa: "Aquele que faz a vontade de meu Pai"... E, em seguida a este passo evangélico, a escritora pôs em português os termos com que Gratry chama a atenção para a necessidade das "orações", das "obras meritórias", do "bom uso da liberdade": importa "conhecer" e "meditar" verdades, "para as aplicar [...], fazendo que a minha vida se ressinta delas"...

Tudo leva a crer que este era o modo de pensar da tradutora, e não apenas o seu modo de traduzir. E, assim sendo, melhor se compreende o que nos diz Alberto Pimentel, nas citadas *Memórias...*, sobre "o maior desgosto dela" – pois Camilo ainda "não tinha pensado em legitimar as suas relações com D. Ana Plácido" – e sobre a enorme alegria e comoção dela – e também dele – quando em 1888 se uniram sacramentalmente pelo matrimónio: ela "chorou, dando curso à torrente de lágrimas que por tão longos anos comprimira dentro do coração."

2. Alguns tópicos mais salientes nos escritos de Ana Plácido, em matéria de moral: Hierarquia de valores. – Consciência. – O "mundo". – O suicídio. – Arrependimento.

¹⁹ René LE SENNE, *Traité de morale générale*, 5.º édition mise à jour par Paule LEVERT, Paris, P.U.F., 1967, pp. 716-722, 768, 787.

²⁰ *Ibid.*, pp. 725-728.

²¹ O citado boletim *Convívio*, em seus números 40 (20.09.1995) e 41 (8.12.1995), refere-se largamente aos actos comemorativos do centenário da morte de Ana Plácido, promovidos pelo IMA. Alguns desses actos – os programados para 20-29 de Setembro de 1995, por iniciativa conjunta da Biblioteca Pública de Braga (Universidade do Minho) e do IMA – realizaram-se na Universidade (Biblioteca Pública de Braga e Museu Nogueira da Silva) e no IMA (Igreja da Conceição e Salão Polivalente). Aproveito a ocasião para, além do já expressado reconhecimento ao Director da Biblioteca, Dr. Henrique Barreto Nunes, agradecer também à Dr.ª Maria Nadalete da Costa Lopes Ferreira Faria, Mestra em Humanidades Clássicas, por ter aderido àquela iniciativa conjunta e pronunciado naquele Museu a conferência sobre *Ana Plácido e Braga*.